

Artigo

IMPÉRIOS E IMPERIALISMOS. UMA BREVE HISTÓRIA CONCEITUAL.

Por João Victor da Mota Uzer Lima

RESUMO

Um conceito é definido por ser uma palavra polissêmica, ou seja, passível de múltiplas interpretações. Uma palavra, por definição, é um vocábulo usado para denominar um objeto, ação ou ideia: um “significante” com um “significado”, um conceito, por outro lado, seria um “significante” com diversos “significados”. Essa polissemia de pelo fato de que um conceito é apropriado por diversas sociedades distintas, e de formas distintas por uma mesma sociedade, durante a história. Sendo assim, um conceito está diretamente ligado à sociedade que o cria ou que o ressignifica. Por isso, a história conceitual (*Begriffsgeschichte*) e a história social partilham uma coexistência complexa, uma atua no campo da outra de forma que se complementem. O estudo de uma implica – quase que invariavelmente – na outra. O presente trabalho procura explorar esta relação entre as disciplinas através do estudo do conceito de imperialismo, apresentando a forma como o termo fora ressignificado por diversas sociedades distintas e por momentos distintos de uma só sociedade, evidenciando os momentos históricos através da forma como esta se apropria da ideia de Império, Imperialista e Imperialismo além de problematizar e relativizar os mesmos conceitos.

Palavras Chave: Imperialismo. Império. História Conceitual

David Kenneth Fieldhouse escreveu um livro intitulado *"The Theory is Capitalist Imperialism"*, em 1967, parte da série *"Problems and Perspectives in History"*, da editora Longman, onde logo na introdução procura exaltar a dificuldade de se discutir o imperialismo. Diz o autor – famoso pelo seu livro *"Economics and Empires, 1830 - 1914"* de 1973 e por ser um grande estudioso das políticas econômicas imperiais – que a grande dificuldade na discussão sobre o tema se dá pelas formas em que a palavra é empregada, sendo usada para denominar um evento histórico, um impulso

expansionista territorial além do evento, ou, no mais popular, o termo é empregado na sua definição marxista de dominação econômica dada pela evolução do capitalismo (FIELDHOUSE, 1967).

Esse fenômeno ocorre pelo fato do termo “imperialismo” ser mais que uma palavra, ser um conceito. Por tanto, para compreender a forma como a palavra é empregada deve-se primeiro compreender a definição de conceito e a diferenciação de uma palavra.

Um conceito é definido por ser uma palavra passível de múltiplas interpretações. Uma palavra, por definição, é um vocábulo usado para denominar um objeto, ação ou

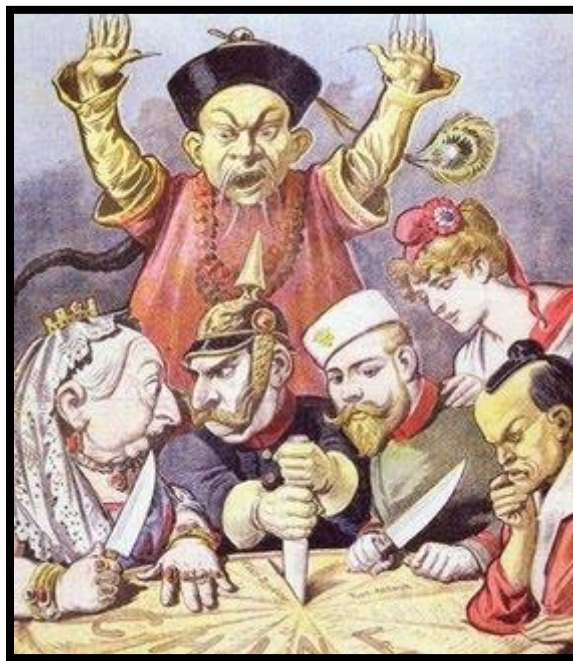
ideia, um conceito seria um conjunto de ideias que só poderiam ser expressas a partir de um mesmo vocábulo, logo *"Todo Conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político"* (KOSELLECK, 1979), de forma que os conceitos sejam vocábulos com uma multiplicidade de significados. Podem-se destacar os conceitos sociais e políticos em três grandes grupos: 1) Conceitos tradicionais cujo significado

persiste em partes; 2) conceitos cujo significado tenha mudado de tão forma drástica que, mesmo com a permanência da mesma palavra, uma comparação se torna difícil; e 3) Os neologismos, palavras criadas para causar impacto e novidades, como fascismo, comunismo (JASMIN; FERES JUNIOR, 2006) e imperialismo.

O que se destaca no estudo dos conceitos e da história conceitual como disciplina é a noção de "faixas temporais". Uma vez que os conceitos não variam, unicamente, de acordo com seu campo semântico, mas também de acordo com os suportes temporais embutidos em si, os conceitos evidenciam uma possível continuidade ou descontinuidade histórica social, refletidas na linguagem, fazendo com que o conceito carregue em si *"uma referência ao intervalo de tempo que ele projeta"* (MOTZKIN, 2006).

Desta forma, o termo "Imperialismo", precisa ser destacado e analisado diacronicamente desde a sua formação até a sua utilização nos dias atuais, de forma que seja possível observar o seu contexto de criação e as suas apropriações por parte dos escritores, dos intelectuais e da sociedade.

O termo Imperialismo é derivado do termo Império, do Latim *Imperium*. Sendo este definido – pelo dicionário



Latim/Português, do Ministério da Educação – como: 1) Poder soberano (Como o de um pai sobre os filhos, ou do senhor sobre os escravos). 2) Supremo poder (de tomar todas as medidas de utilidades públicas, mesmo fora das leis), mando, autoridade suprema, domínio, soberania. 3) Poder supremo (atribuído a certos magistrados), magistratura. Em sentido especial: 4) Comando militar. 5) Autoridades, magistrados ou comandantes gerais. 6)

Comando, ordem, autoridade. 7) Estado, império, governo imperial (FARIA, 1962). Sendo assim, império, etimologicamente, não se caracteriza unicamente por um regime político – muito menos econômico – e sim por uma ação, a ação de dominar, de exercer posse e autoridade.

O termo fora introduzido na Inglaterra por volta de 1870 e foi popularizado como vocábulo para denominar a expansão territorial e econômica somente por volta de 1900 com a apropriação do termo por parte dos intelectuais, antes disso, era usado na Inglaterra para denominar a política da França de Napoleão Bonaparte, o termo pouco a pouco foi substituído, a política imperial Francesa começou a ser denominada como "Bonapartista" (*Bonapartiste*) – ou "Bonapartismo" – e os "imperialistas" – e consequentemente o "*Imperialismo*" – ganharam uma nova conotação.

A herança deste pensamento "anti-imperialista" que daria lugar ao termo "bonapartismo" na língua inglesa remete à Inglaterra renascentista. Patricia Springborg, analisando como o conceito de império foi disseminado na Inglaterra afirma que os renascentistas ingleses reconheciam-se como "Imperialistas Cosmopolitas" – ou seja, possuíam uma política imperial, mas não se

compreendiam como súditos ou submissos, gozavam de direitos e eram cidadãos, em contrapartida, em um regime imperial “a civilização é o ethos do império”, de forma que a comunidade não funcionaria por si, não teria estruturas ou instituições próprias (SPRINGBORG, 2007). Daí a negação inglesa ao uso dos termos “Império”, “Imperialista” e “imperialismo” em primeiro lugar.

A ressignificação do termo, na Inglaterra, para a ideia de dominação econômica só ocorreu na virada do século XVIII para o XIX devido a necessidades econômicas. Com a revolução industrial e a necessidade da exploração do mercado externo o termo *Imperialismo* foi lentamente transformado, de um termo pejorativo, em um adjetivo elogioso e apreciado de tal forma que em certo ponto “promoveu um chauvinismo nacional de auto-justiça e presunção” alegando “que o Império Britânico foi o benfeitor de toda a humanidade” (HODGE, 2008) e posteriormente levaria à compreensão de que o Imperialismo seria necessário e benéfico ao mundo, fazendo com que as nações se autodenominassem como imperialistas.

Com o crescente número de publicações usando-se do termo – as mais relevantes talvez sejam “*Imperialismo, um Estudo*” de John Hobson e “*Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*” de Vladimir Lênin – a palavra “imperialismo” ficou popularizada por exprimir uma ideia de dominação político-econômica de uma empresa ou nação por sobre outra, através da exportação de capital financeiro, sendo assim, o que hoje é denominado “Imperialismo Monopolista” – nos termos Leninistas – no início do século XIX era chamado apenas de “Imperialismo”. “O império e os imperadores antigos, mas o imperialismo era novíssimo” (HOBBSAWM, 1988). Sendo assim, os impérios antigos não seriam imperialistas? Seria possível a existência de um império que não praticasse alguma política imperialista?

O Rei Leopold II – então duque de Brabant – descreveu, em 1863, três diferentes tipos de colônias: A escravocrata (como Cuba), a colônia habitada por vários nativos e dependentes de algum estado europeu (como

a China ou Índia) e as colônias estabelecidas por imigrantes brancos (como a América). Esta segunda forma de colonização seria a responsável pela criação desta forma de pensar o imperialismo.

Mesmo que a Índia fosse governada por uma empresa e não por um estado – diz Benedict Anderson – “quando a Companhia das Índias Orientais pediu a renovação da sua concessão em 1813, o parlamento determinou que fossem alocadas 100 mil rupias por ano para a educação nativa.”. Implantou-se um sistema de educação todo em inglês, criando uma “miscigenação mental”, pessoas hindus “no sangue e na cor”, mas culturalmente inglesas. (ANDERSON, 1983) Quanto ao prestígio, Leopold II diz:

“A Índia Britânica, por tempos, posse da Companhia, nunca custou à pátria mãe ‘um centavo’. A última guerra na Índia, uma grande luta que foi mantida pela energia de toda a nação britânica e escrita com seu preciosíssimo sangue, prova quão alto a Inglaterra avalia a sua possessão.”

Esta utilização da palavra “imperialismo” para definir um sentimento de “preocupação na manutenção de um prestígio nacional”, então compreende o imperialismo como uma política expansionista, mas delega a ele um caráter menos econômico e mais cultural – embora não seja um “*Imperialismo Cultural*” propriamente dito.

Na mesma época, devido ao crescimento do capitalismo, termos como “capital financeiro”, “monopólio”, “exportação de capital” entre outros, foram adicionados lentamente, desvinculando o “imperialismo” do “império” e vinculando-o ao capitalismo. A apropriação do termo por parte dos economistas é refletida na quantidade de publicações sobre o tema a partir dos anos 1900: John Hobson “*Imperialismo. Um Estudo*” em 1902, Rudolf Hilferding “*O Capital Financeiro*” em 1910, Rosa Luxemburgo “*A Acumulação do Capital*” em 1913, Nikolai Bukharin “*Imperialismo e a Economia Mundial*” em 1915, e Vladimir Lenin “*Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*” em 1917, em meio à Primeira Guerra Mundial, cada um procurando explicar o fenômeno a partir de premissas diferentes.

Desta forma, o debate apresentado não contempla o conceito do termo, mas sim sua conotação e sua relação e função dentro do capitalismo. O conceito de imperialismo dado por Lênin, e por muitos outros, delega ao termo uma função puramente econômica, sendo fundamental para a evolução do capitalismo, por outro lado, os autores não marxistas, afirma Hobsbawm, tentavam negar a relação da ação político-econômica dos Estados europeus no século XIX com o capitalismo em geral. (HOBSBAWM, 1988) Portanto, esse debate procura discutir a natureza de um *"Imperialismo Econômico"*, contemplando apenas uma das múltiplas interpretações do conceito.

Benedict Anderson em *"Comunidades Imaginadas"* de 1983 apresenta a importância da necessidade de um "nacionalismo oficial" para a manutenção de um império, Anderson apresentou o uso da cultura, através da língua e da educação, para a formação do império.

Benedict Anderson não apresenta claramente a concepção de "cultura" adotada em sua obra, no entanto, a sua análise principal está na formação da consciência nacional e da nacionalidade. Segundo Anderson, "nação" seria definida por ser *"uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana."* Imaginada porque os membros que compõem esta comunidade, por menor que seja, nunca conhecerão todos os seus companheiros; é limitada porque independente de seu tamanho ou número de

habitantes, a comunidade tem seus limites bem estabelecidos, fronteiras determinadas e partilhadas por todos, mesmo que elásticas; e é vista como soberana devido ao seu contexto de criação, a noção de "nação" foi criada em um momento em que a legitimidade dos reinos monárquicos estava sendo atacados por revoluções e pelos pensadores iluministas, portanto, havia a necessidade ideológica de destacar o Estado de uma ordem divina, garantindo a liberdade e autonomia. *"as nações sonhavam em ser livres"*. (ANDERSON, 1983) Portanto, quando Anderson observa no imperialismo uma política de dominação onde há naturalmente um conflito, já que a comunidade colonial, os nativos, não carregaria em si a noção de pertencimento que os membros da metrópole, de forma que, para manter uma hegemonia, seria necessária a criação de um Nacionalismo Oficial.

Anderson não denomine claramente o que toma como "cultura"¹ – até mesmo porque não utiliza desta palavra – mas pode-se compreender que o nacionalismo oficial tinha como objetivo manter a unidade cultural do império, uma vez que ensinando a língua e as práticas da metrópole nas colônias, o Nacionalismo Oficial difundia as crenças, normas e atitudes da metrópole.

Edward Said, observando na cultura uma forma de identidade, destacou um diálogo entre "dominado e dominador" através das produções culturais. Said compreende "cultura" como um conjunto de práticas, como as comunicações, as representações e descrições

¹ O termo "Cultura" é originário da palavra germânica *"Kultur"*, que era empregada para denominar conjunto de fatos intelectuais, artísticos e religiosos de uma comunidade¹. No século XVIII os termos *"Kultur"* e *"Civilization"*, sendo o primeiro germânico e o segundo de origem francesa, apresentavam uma antítese: Enquanto um era usado para simbolizar os aspectos intelectuais e espirituais de um grupo; o outro expressava uma noção concreta, referindo-se as realizações materiais ou ao comportamento dos indivíduos (ELIAS, 1962).

Enquanto o conceito de "civilização" enfatiza o que há de comum entre os seres humanos – ou segundo aqueles que se denominam "civilizados" – deveria haver, argumenta Norbert Elias, o conceito de *"Kultur"* enfatiza as diferenças nacionais e as peculiaridades de um determinado grupo. Ou seja, enquanto um tenta dar conta do que deveria ser igual a todos, o segundo denomina o que é específico de cada grupo, devido a tal compreensão, o termo germânico fora apropriado nos

campos da antropologia e etnografia com um significado distinto do elaborado em sua origem.

Na tentativa de modernizar o obter uma melhor previsão conceitual, o antropólogo Roger Keesing, em 1974, definiu cultura – ou melhor, "culturas" – como:

"Sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante." Com o estudo das ciências políticas, houve a apropriação do conceito de cultura por esta ciência, desenvolvendo o conceito de *"Cultura Política"*, que por sua vez viria denominar um conjunto de normas, crenças e atitudes difundidas pelos membros de uma unidade social, tendo como objeto fenômenos políticos (BOBBIO, 1991).

elaboradas por um determinado grupo que gozem de certa autonomia perante os campos políticos, econômicos ou sociais, sendo uma fonte de identidade. Mas Said se limita a chamar de “cultura” as produções bibliográficas, principalmente os romances, que em sua compreensão, exerceram forte papel no fenômeno do imperialismo.

Embora compreendesse o imperialismo como uma forma de dominação, e que *"O principal objetivo da disputa no imperialismo é, evidentemente, a terra"*, (SAID, 1993) Said destaca que esta dominação nunca foi passiva, entre um ocidental intruso e um não oriental nativo, sempre houve alguma resistência.

Para Said a cultura é participante do fenômeno imperialista, sendo o imperialismo destacado em cinco momentos: 1) As fronteiras físicas e culturais entre Oriente e Ocidentes eram absolutas, devido à facilidade em percebê-las; 2) Com o advento da Etnografia essas diferenças foram decodificadas, sendo denominadas de raças, selvagens, chegando à dicotomia: civilizado e primitivo; 3) a dominação do ocidente por sobre o oriente passa a ser aceita cientificamente, causando a criação do discurso de “obrigação” na colonização para o benefício dos nativos; 4) a cultura metropolitana é afetada pelo imperialismo, de forma que a dominação não se apresentava inerte. O surgimento de novas elites culturais, novos estilos artísticos, literários, arquitetônicos e outros, evidenciam esse diálogo; e 5) a capacidade de criar a imagem do outro, não pela “invenção da tradição” mas pelo grande poder que os intelectuais e escritores possuíam de

descrever o desconhecido, demonstrando um grande poder criativo e uma mobilidade social interna e uma autoridade por sobre o outro. (SAID, 1993)

Said define Imperialismo como *"a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante"*, não necessariamente em uma dominação plena; compreende a necessidade do lucro, mas defende que a dominação imperialista não se limitava unicamente ao comércio, havia uma “cultura imperial”, um conjunto de

experiências tanto do dominador quanto do dominado. Said destaca ainda que *"os poderes de representar o que está além das fronteiras metropolitanas, mesmo em conversas informais, deriva do poder de uma sociedade imperial"*. Portanto, Said compreende um caráter econômico do imperialismo, mas não um *"Imperialismo Econômico"*, afinal, não traz a concepção de capitalismo monopolista ou nem mesmo traz a palavra monopólio; compreende no

imperialismo uma característica dominante, mas não como de um *"Imperialismo Clássico"* – no sentido etimológico, do governo de um Imperador – afinal não há um imperador ou rei soberano exercendo uma dominação ou expandindo seu Estado Imperial. Há uma dominação, mas de uma nação sobre a outra e não de um Estado liderado por um imperador, exercendo uma dominação física. Tão pouco Said expressa um *"Imperialismo Cultural"*.



A tese do "Imperialismo Cultural" defendia a existência de uma nova forma de dominação e dependência, fruto de uma série de interesses de corporações, governantes e militares, centralizados nos Estados Unidos. (THOMPSON, 2002) Segundo a teoria do "*Imperialismo Cultural*" A exportação de valores ocidentais por parte dos meios de comunicação em massa subjuga a cultura local criando então uma nova forma de dominação, fazendo com que a nação "dominada" necessite cada vez mais da importação de mercadorias e hábitos que correspondam a um novo padrão de vida que é vendido pelos valores exportados. Desta forma, o Imperialismo Cultural não se coloca no século XIX como as demais interpretações do fenômeno, e sim no século XX, no pós-segunda guerra mundial, o conceito não faz referência ao período histórico do "neo-colonialismo", situado no período convencionalmente denominado de "era do Imperialismo (1800 – 1914)", e sim a um novo uso do termo imperialismo, o termo foi introduzido por Herbert Irving Schiller, sociólogo e teórico da comunicação, na publicação do livro "*O Império Norte Americano das Comunicações*" em 1969.

Segundo Schiller, com o fim dos impérios coloniais, um novo império assumiu e os substituiu, o império americano que trazia em si duas bases: O seu caráter econômico fundado em grandes corporações internacionais, e no monopólio da tecnologia de comunicação e de novos sistemas eletrônicos, (THOMPSON, 2002) por onde seria veiculado, em forma de propaganda, a cultura e a ideologia de uma nação, mas não como um império, de forma que o "*Imperialismo Cultural*" seja apresentado, ainda como dominação, mas com um teor ideológico e não territorial, e fruto de uma hegemonia americana resultante do término da segunda guerra mundial, onde a necessidade propagandista se elevou devido à conjuntura internacional da Guerra Fria.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos agiram como "*oficina do esforço de guerra aliado*" e como o "*celeiro e oficina de reconstrução europeia do pós-guerra*" por consequência, a renda nacional dos Estados Unidos, que já em 1938 era aproximadamente

idêntica à soma das rendas da Grã-Bretanha, Alemanha e França, chegou, em 1948, ao dobro da soma das rendas dos países citados e a mais de seis vezes mais que a renda da União Soviética (ARRIGHI, 1996), com um novo sistema monetário mundial e com uma nova ordem mundial estabelecida devido ao novo meio de guerra com as bombas atômicas.

É neste contexto em que Schiller escreve. Este novo império – construído no período entre guerras e predominante no cenário mundial no final do conflito – que assume o papel dos antigos impérios coloniais não se caracteriza como um governo imperial clássico governado por um imperador, como um "*Imperialismo Clássico*" e não traz em seu seio um caráter expansionista militar aos moldes do "imperialismo continental" ou uma dominação econômica industrial monopolista aos moldes do "*Imperialismo Econômico*", sua expansão e sua dominação se dão de forma diferente e por razões diferentes.

O "*Imperialismo Cultural*" é visto como uma política de dominação que atua em um contexto ideológico cultural e não militar, territorial ou econômico. Tem seu início no meado do século XX por consequência do colapso dos antigos impérios colônias. Portanto, a "*Cultura e o Imperialismo*" – como utiliza Said e Anderson – não deve ser confundida com o "*Imperialismo Cultural*".

É dado como certo que o final da Segunda Guerra Mundial decretou uma mudança drástica nas dominações imperialistas, o "velho imperialismo" não era mais aceito e verificou-se uma nova forma de dominação econômica internacional, uma nova política de "reajuste espaço-temporal", um "*Novo Imperialismo*".

Em 2005, o economista Egípcio Samir Amin apontou cinco grandes objetivos econômicos dos Estados Unidos de sua época, eram eles: 1) Neutralizar e subjugar os parceiros da tríade [bloco composto pela Europa, Japão e Estados Unidos] e minimizar a capacidade do bloco de agir por fora das influências americanas; 2) Exercer controle militar sobre a OTAN e a "Latino-Americanação" dos países periféricos que compunham

a antiga União Soviética; 3) Controlar o Oriente Médio sem promover qualquer partilha; 4) Impedir a construção de blocos regionais e garantir a subordinação dos Estados do BRIC; e 5) Marginalizar as regiões que não apresentem qualquer interesse econômico. Segundo Amin, o objetivo final era “*fazer de Washington o senhor, em última instância, de todas as regiões do planeta.*” (AMIN, 2005)

Este “*Novo Imperialismo*” – embora Amin não utilize deste termo – se caracterizaria por ser uma dominação econômica entre estados, mas não por empresas ou pelo monopólio de bens, mas através de um novo sistema. Com o advento da globalização, houve uma renovação no antigo método na relação entre “devedores e credores”, o processo de endividamento acarretou no desenvolvimento de um capitalismo tributário e na submissão financeira de países dependentes, em um nível macroeconômico mundial. (CASANOVA, 2005).

David Harvey compreende o fenômeno do imperialismo como uma política de reajuste espaço-temporal proporcionada por uma “sobreacumulação”, fenômeno este que gera investimento, o excedente – de capital ou de trabalho – pode ser absorvido por: 1) deslocamento temporal através de investimentos em projeto longo prazo ou gastos sociais que preparem o futuro; ou 2) deslocamentos espaciais de abertura de novos mercados. (HARVEY, 2005) O imperialismo do século XIX, teria sido um efeito de uma sobreacumulação europeia, resultando na Primeira Guerra Mundial e posteriormente na crise dos anos 30. Esse sistema – segundo Harvey – foi substituído em 1945 por um novo, liderado pelos EUA.

Segundo Harvey, uma aliança global entre os principais poderes capitalistas – o que Amin chamou de “tríade” – foi desenvolvida para evitar a sobreacumulação, mas para tal era necessário compartilhar os benefícios da intensificação de um capitalismo, integrado as regiões centrais e se envolver em uma expansão geográfica sistemática. Esta conjuntura foi alterada nos anos 70 quando os dólares excedentes inundaram o mercado mundial. Os Estados

Unidos então criaram um sistema distinto baseado em uma combinação de acordos internacionais e financeiro-institucionais e centralizaram o poder econômico financeiro em Wall Street. (HARVEY, 2005)

Portanto, o conceito de Imperialismo – e por consequência o de Império – se adaptou a um novo mundo adquirindo uma nova definição em uma compreensão banhada em globalização, lançando mão de um termo centenário para denominar fenômenos modernos. Apesar do apelo ao ineditismo evocado pelo uso do “novo” Harvey se apropria de um termo que já havia sido usado para denominar um fenômeno de dominação.

Imperialismo ou imperialista e tomado hoje quase que como sinônimo de “dominação” e/ou de “dominação ilegítima” o que foge por completo de sua origem etimológica.

João Victor da Mota Uzer Lima é formado em História e mestrando do Programa de pós-graduação em História social da UERJ. joao_uzer@hotmail.com

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 1983. Ed. Brasileira: São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AMIN, Samir. O Imperialismo, Passado e Presente. *Revista Tempo*: Rio de Janeiro, nº 18, pp. 77-123. 2005.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Contra Ponto. 1996.
- BOBBIO, Norberto; MATTUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Trad. Carmen Varriale. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Linha Gráfica, 1991. Vol.1.
- CASANOVA. Pablo González. O Imperialismo, Hoje. *Revista Tempo*: Rio de Janeiro, nº 18, pp. 65-75. 2005
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**; Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994. Vol. 1.
- FARIA, Ernesto. (Org). et al. *Dicionário Escolar Latim – Português*. Ministério da Educação e Cultura – Departamento Nacional de Educação. 1962.
- FIELDHOUSE, David Kenneth. *The Theory of Capitalist Imperialism*. Londres. Longman Group Limited. 1974.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875 – 1914*. 1988. Ed. brasileira: Trad. Sieni Maria Campos e

- Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.
- HODGE. Carl Cavanagh. *Encyclopedia of the Age of Imperialism, 1800-1914*. Vol. 1. Londres. Greenwood Press. 2008
- JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: *História dos Conceitos*, debates e perspectivas. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio, Edições Loyola. 2006
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Shurkamp Verlag Frankfurt am Main, 1979. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro. Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- MOTZKIN, Gabriel. A instuição de Koselleck acerca do tempo na história. in: JASMIN. Marcelo Gantus; FERES JUNIOR. João. (org) *História dos Conceitos*: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: editora PUC-Rio, Edições Loyola. 2006.
- SAID. Edward Waide. *Cultura e Imperialismo*. 1993. Ed. Brasileira: Trad. Denise Bottmann. São Paulo. Companhia das Letras. 2011.
- SPRINGBORG, Patricia. Modelo clássico e circulação de conceitos na Inglaterra do início da Idade Moderna. in: FERES JUNIOR. João; JASMIN. Marcelo. (org) *História dos Conceitos*: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro. PUC-Rio. Ed. Loyola. 2007.
- THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: A teoria social da mídia*. Petrópolis. Vozes, 2002

